

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.097 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2000

**MOZARILDO
DEFENDE CPI
PARA ONGs
NA AMAZÔNIA**

PÁGINA 12



Mozarildo Cavalcanti

**FREIRE QUER
ACABAR COM
PRISÃO
ESPECIAL**

PÁGINA 9



Roberto Freire

**CORTES NA
ÁREA SOCIAL
SÃO CRITICADOS
POR HELOÍSA**

PÁGINA 7



Heloísa Helena

**Instituição do
Dia do
Inventor na
pauta da CE**

PÁGINA 2

Plenário vota quatro propostas de emendas constitucionais

Fundo contra a pobreza, alteração dos limites da aposentadoria compulsória e garantia de vagas para mulheres no Supremo Tribunal Federal estão na pauta desta semana



Antonio Carlos propôs a criação do fundo contra a pobreza

Alcântara é autor do substitutivo que será votado em segundo turno



O Senado deve votar nesta semana quatro propostas de emendas constitucionais. Na quarta-feira, será apreciada em segundo turno o substitutivo à PEC que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; na quinta, duas propostas que mudam os limites para aposentadoria compulsória e a que estabelece rodízio entre homens e mulheres nas nomeações para o Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 3

**CPI DO ROUBO DE CARGAS
REUNIÃO DEFINE
CALENDÁRIO PARA INÍCIO
DAS INVESTIGAÇÕES**

Em reunião marcada para amanhã, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar o aumento do roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais vai discutir propostas e fixar o calendário de atividades da fase inicial das investigações. Presidida pelo senador Romeu Tuma, a comissão concentrará a primeira etapa dos trabalhos nos receptores de cargas roubadas.



Romeu Tuma

PÁGINA 3

Projeto do senador Álvaro Dias, que será votado amanhã pela CAE, exclui a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização

**CAE examina
projeto que
impede
privatização
da Petrobras**

PÁGINA 4

Petrobras

14º lugar entre as empresas de petróleo do mundo

US\$ 22,3 bilhões
de faturamento bruto em 1998

Fonte: Página da Petrobras na Internet

Instituição do Dia do Inventor será votada

Em reunião convocada para amanhã, às 11h30, a Comissão de Educação deverá votar, em caráter terminativo, parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que institui o Dia Nacional do

Inventor, que seria comemorado em 12 de novembro.

A data proposta refere-se ao dia em que Santos Dumont recebeu a Taça Archdeacon, concedida "ao primeiro homem que se elevasse do chão, por seus próprios recursos, e voasse um percurso míni-

mo de cem metros", conforme a senadora explicou na justificativa da proposta.

Outra matéria constante da pauta é o relatório do senador Djalma Bessa (PFL-BA), que é pela rejeição do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

que estende à oposição no Congresso Nacional a possibilidade de convocar rede nacional de emisoras de rádio e televisão todas as vezes em que o Poder Executivo usar dessa prerrogativa. Pela proposta, a oposição teria direito a tempo e espaço iguais aos utiliza-

dos pelo Executivo, num prazo de até dois dias úteis, para pronunciar-se sobre o mesmo tema.

Cinco pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo renovando concessões de emissoras de rádio também deverão ser apreciados amanhã pela comissão.



SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PDL nº 172/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Porto Novo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Além Paraíba (MG); PDL nº 185/99, que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Clube de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Ribeirão Preto (SP); PDL nº 245/99, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional de Assis (SP) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada nesse mesmo município; e Requerimento nº 241/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 621/99, de sua autoria, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PLS nº 194/99, que altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 188/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Prudente para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente (SP); PDL nº 194/99, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Intercontinental para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 46/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia; Requerimento nº 250/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 58 e 70, de 1999, por regulamentem a mesma matéria; Requerimento nº 253/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando que sobre o PLS nº 320/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; e Requerimento nº 254/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação do PLS nº 521/99 com os PLSs nºs 419 e 678, de 1999, que

já se encontram apensados, por regulamentem a mesma matéria.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PLS nº 687/99, que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal – e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, para tipificar novas condutas; PDL nº 190/99, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho (SP); Requerimento nº 255/2000, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 450/99 com o PLS nº 10/2000, por regulamentem a mesma matéria; e Requerimento nº 256/2000, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92 e 101, de 2000, por regulamentem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao PLS nº 676/99, que altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PRS nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 613/99, alterando o Decreto-Lei nº 406/68, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza; PLS nº 336/99, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; e PLS nº 564/99, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 641/99, que institui o Dia Nacional do Inventor; emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao PLS nº 70/96, que dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apresentação e discussão do relatório do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário*

2, Anexo II da Câmara dos Deputados

15h – CPI destinada a apurar o crescimento de roubo de cargas

Pauta: Apresentação de sugestões para os trabalhadores e elaboração do calendário de atividades. *Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II – Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 105/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Luiz Antônio Jardim Gagliardi para exercer a função de embaixador do Brasil na Noruega; Mensagem nº 110/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Brian Michael Fraser Neele para exercer o cargo de embaixador na Turquia; PDL nº 48/2000, que aprova o texto do acordo, por troca de notas, de insenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficial/serviço, especial e oficial de ambos os países, celebrado entre os governos do Brasil e da Guiana; PLC nº 79/96, que regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição federal, que dispõe sobre as terras devolutas sob o domínio da União; PDL nº 12/88, que aprova os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho; Diversos nº 37/97, que encaminha ao Senado a ata final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina; e PDL nº 6/98, que aprova o texto de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre os governos do Brasil e da França. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; PLS nº 8/2000, altera a redação dos artigos 58, 59 e 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho; PLS nº 75/2000, que altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 18/2000, que altera o artigo 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza; PLS nº 492/2000, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; e PLSs nºs 169/99, que institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade, e 502/99, que institui estímulos ao primeiro emprego e altera a Lei nº 7.998/90. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11*

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Discussão e apreciação dos destaques a serem apresentados ao Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h – Reunião do Conselho de Ética destinada à apresentação do parecer do senador Jefferson Péres, na condição de relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Corisco & Dadá*, de Rosemberg Cariry. *Audatório Petrônio Portella*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota quatro PECs a partir de quarta-feira

Fundo de Combate à Pobreza e emendas que tratam da nomeação e aposentadoria dos ministros dos tribunais superiores estão entre os principais assuntos a serem discutidos pelo Plenário nesta semana

O Senado deve votar em segundo turno nesta quarta-feira o substitutivo à proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O objetivo do fundo, que deverá somar R\$ 4 bilhões anuais, é viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência. Se aprovado, o texto segue para a Câmara dos Deputados, onde será submetido também a dois turnos de votação no Plenário.

O substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi elaborado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que incorporou à proposta dispositivos de texto semelhante apresentado pela Comissão Mista para Erradicação da Pobreza.

O Senado também delibera na quarta-feira sobre projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que altera a lei eleitoral nas regras que tratam do sistema eletrônico de votação. O texto determina que a urna eletrônica imprimirá, em cédula individualizada e não identificável, os votos dos eleitores, para que sejam conferidos antes de depositados em urna convencional. Requião quer que o elei-



Requião é autor de projeto que muda regras que tratam do voto eletrônico



Proposta de Paulo Souto define os crimes de responsabilidade dos magistrados

tor tenha certeza de que seu voto foi para o candidato em quem votou.

Em primeiro turno, poderão ser votadas na quinta-feira as emendas constitucionais propostas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ademir Andrade (PSB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS). A de Simon visa ampliar de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. Simon também quer aumentar de 70 para 75 anos o limite de idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados.

Já a iniciativa de Ademir Andrade submete a critério de alternância entre homem e mulher as nomea-

ções para ministros do Supremo Tribunal Federal, de modo que não ocorram duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo. Ademir Andrade argumenta que o povo brasileiro adotou como um de seus valores supremos o repúdio a qualquer tipo de discriminação.

A emenda de Ramez Tebet eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. E aumenta para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Tebet invoca os avanços da ciência para mostrar que a legislação brasileira está obsoleta no tocante

ao tempo para aposentadoria.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados e altera o Código Penal para dispor sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos que enriqueçam ilicitamente no exercício de mandato, cargo, emprego ou função. A matéria esteve para ser votada no mês passado, mas voltou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o senador Jefferson Péres (PDT-AM) reformulou seu parecer.

Ainda na quinta-feira, o Plenário retoma a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que prorroga por dez anos a aplicação de percentuais mínimos dos recursos

destinados pela União à irrigação no Nordeste e Centro-Oeste.

Aprecia também a renovação de concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Cultura de Porto Novo, de Além Paraíba (MG); Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP); Fundação Educacional do Município de Assis, de Assis (SP); Rádio Presidente Prudente, de Presidente Prudente (SP); Rádio Intercontinental, de Curitiba (PR); e Rádio Educativa Oswaldo Cruz, de Sertãozinho (SP).

HOMENAGEM

Atendendo a requerimento dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Lúcio Alcântara, a primeira parte da sessão de quarta-feira será destinada a comemorar o centenário de criação da Fundação Oswaldo Cruz.

CPI do Roubo de Cargas define amanhã seu calendário de atividades

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar o aumento do roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais reúne-se amanhã, às 15h, para discutir propostas e fixar o calendário das atividades.

Na reunião anterior, na terça-feira, foi aprovada proposta do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), para que sejam convocados ou convidados a depor representantes de seguradoras, profissionais autônomos, transportadoras, sindicatos, federa-

ções e confederações do setor, além de policiais civis estaduais e rodoviários federais. Réus confessos já indiciados pela CPI do Narcotráfico também deverão ser ouvidos.

As investigações iniciais, conforme sugestão do presidente da comissão mista, senador Romeu Tuma (PFL-SP), deverão ser centralizadas nos receptores das cargas roubadas. Tanto o senador como o relator da CPI acreditam que o roubo de cargas é feito sob encomenda.

SENADORES DA CPI DO ROUBO DE CARGAS

PMDB	
Titulares	Suplentes
Renan Calheiros (AL)	Alberto Silva (PI)
Gerson Camata (ES)	Maguito Vilela (GO)
Mauro Miranda (GO)	Agnelo Alves (RN)
Wellington Roberto (PB)	Gilvam Borges (AP)
PFL	
Titulares	Suplentes
Moreira Mendes (RO)	Freitas Neto (PI)
Geraldo Althoff (SC)	Edison Lobão (MA)
José Jorge (PE)	Jonas Pinheiro (MT)
PSDB	
Titulares	Suplentes
Antero Paes de Barros (MT)	Lúcio Coelho (MS)
Álvaro Dias (PR)	Pedro Piva (SP)
Bloco Oposição PT/PDT	
Titulares	Suplentes
Sebastião Rocha (AP)	Jefferson Péres (AM)
Geraldo Cândido (RJ)	José Eduardo Dutra (SE)

Noruega

Localização: Península Escandinava (Europa)

Área: 323.877 km²

População: 4.357.000 (1995)

Capital: Oslo (473.344, em 1993)

Sistema político: Monarquia parlamentarista

PIB: US\$ 96,5 bilhões (1994)

Moeda: Coroa norueguesa

Parlamento com 165 membros

Fontes: Enciclopédia Encarta e Banco Mundial

Turquia

Localização: Ásia

Área: 779.452 km²

População: 63.700.000 (1999)

Capital: Ancara (2.559.471, em 1990)

Sistema político: República parlamentarista

Divisão política: 26 governadorias

PIB: US\$ 200,5 bilhões (1999)

Moeda: Lira turca

Assembleia Nacional unicameral com 550 membros

Fontes: Enciclopédia Encarta e Banco Mundial

CRE aprecia indicações de embaixadores e acordos com a França e a Guiana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve votar amanhã, às 17h30, a indicação de Antônio Jardim Gagliardi e Michael Fraser Neele para embaixadores do Brasil junto ao Reino da Noruega e à República da Turquia, respectivamente. Também deverão ser discutidos outros cinco itens, entre os quais o parecer favorável do senador Carlos Wilson (PPS-PE)

ao texto de cooperação judiciária em matéria civil celebrado entre o Brasil e a França.

A pauta da Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), inclui ainda o exame do parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao texto do acordo firmado entre o Brasil e a Guiana para isenção de vistos em passaportes diplomáticos.

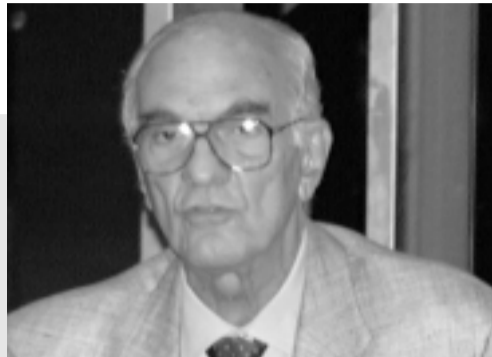
Será votado também o relatório do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) contrário ao projeto da Câmara dos Deputados que regulamenta o dispositivo da Constituição que trata das terras devolutas sob o domínio da União. Outro ponto incluído na pauta da CRE é a análise do parecer contrário do senador Carlos Wilson (PPS-PE) ao texto das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

CAE vota projeto que impede privatização da Petrobras

Pauta da comissão para reunião de amanhã inclui também proposta de lei complementar que institui o Código de Defesa do Contribuinte e a proibição de venda no Brasil de cigarros e cerveja produzidos para exportação



Álvaro Dias quer proibir privatização da Petrobras e Roberto Saturnino dá parecer favorável



Código de Defesa do Contribuinte, proposto por Jorge Bornhausen, tem como relator Edison Lobão



Roberto Requião pretende evitar a venda no Brasil de cigarros e cerveja produzidos para exportação



Osamar Dias sugere trocar IGP-DI pelo IPCA no cálculo da correção do refinanciamento das dívidas estaduais

Depois de ouvir o presidente da Petrobras, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar na reunião de amanhã, às 10h, o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a empresa do Programa Nacional de Desestatização. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), recomenda a aprovação da proposta, que já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão da CAE terá caráter terminativo.

A Comissão de Assuntos Econômicos tem mais oito itens em sua pauta, como o projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Para Bornhausen, é necessário que a lei assegure o equilíbrio da relação entre o contribuinte e o fisco. A comissão já realizou audiência pública para instruir a matéria e o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável.

Outra matéria que tramita terminativamente na CAE é o projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a venda no Brasil de cigarros e cerveja em lata produzidos para exportação. Para o autor da proposta, a reintrodução desses produtos em território nacional

acarreta desequilíbrio no mercado, além de prejuízos à arrecadação, já que gozam de benefícios fiscais. O relator, senador Edison Lobão, é favorável.

O projeto de lei do senador Osamar Dias (PSDB-PR) que troca o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) como parâmetro de cálculo de correção monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais volta à CAE para exame de emenda apresentada pelo senador Jorge Bornhausen. O relator, senador Roberto Saturnino, acatou a emenda.

A comissão tem ainda na pauta o projeto de resolução oriundo da CPI do Sistema Financeiro que determina a publicação, na página do Tribunal de Contas da União na Internet, das contas de estados, municípios e outras instituições públicas, como condição para a autorização de novos empréstimos. O relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), é favorável.

O projeto de lei da Câmara que impede o pagamento de indenização por benfeitorias realizadas com dinheiro público em terras desapropriadas também deve ser analisado pelos membros da CAE. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) recomenda a aprovação.

Embarque na
informação direta,
sem escalas

O *Jornal do Senado* encurta a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.



Sua opinião vira notícia. Escreva para o *Jornal do Senado* - jornal@senado.gov.br

Embarque nos conhecimentos com segurança. Leia o *Jornal do Senado*.



Projeto limita área de reserva a 30% de estado

Proposta que altera demarcação de áreas ecológicas, ambientais e indígenas será examinada na quarta-feira pela CAS, que vota também duas mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai examinar, na quarta-feira, projeto de lei do senador Mazarildo Cavalcanti (PFL-RR) que limita em 30% do território de cada estado da Federação as áreas que podem ser destinadas a reservas ecológicas, ambientais e indígenas. Antes da votação do projeto, a CAS deverá votar requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) para que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se pronuncie sobre a constitucionalidade da proposta.

Em seu substitutivo favorável ao projeto, a relatora Marluce Pinto (PMDB-RR) argumenta ser bastante oportuna a proposição, porque imporá um freio à implantação indiscriminada de unidades de conservação e de territórios indígenas. "Por exemplo, o meu estado, Roraima, já está com mais de 40% de sua superfície destinada apenas aos índios", explicou Marluce.

Segundo a senadora, é preciso que a criação de unidades de conservação ambiental e de áreas indígenas seja precedida de estudos

técnicos, que permitam combinar a preservação do meio ambiente e dos interesses da população indígena com o desenvolvimento socioeconômico dos estados, principalmente da região Norte. "Como a demarcação tem sido feita mediante procedimento administrativo do governo federal, têm-se atribuído a grupos reduzidos de índios áreas de enorme dimensão, ignorando-se até mesmo as reais necessidades das etnias a que se destinam", observou.

Na pauta da CAS estão ainda, entre outros, dois projetos de lei que mudam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O primeiro, do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), limita a 35 horas semanais a jornada de trabalho para empregados em qualquer atividade, e está tramitando com parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). O segundo, do deputado Paulo Paim (PT-RS), com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO), prevê que processos judiciais envolvendo demissão de empregados por justa causa terão prioridade na pauta dos julgamentos.



A Comissão de Assuntos Sociais tem na pauta projetos de autoria dos senadores Mazarildo Cavalcanti (E) e Geraldo Cândido (C). Moreira Mendes é relator da proposta do deputado Paulo Paim sobre julgamento de processos envolvendo demissão por justa causa

Produção de documentários é discutida por cineastas no Senado

Na audiência pública realizada pela Subcomissão do Cinema Brasileiro na noite de quinta-feira, os cineastas Sílvio Tendler e João Moreira Salles, o presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, Leopoldo Nunes, e o representante da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul (Fundacine), Werner Schünemann, formularam propostas que tiveram boa acolhida entre os senadores.

Werner Schünemann destacou perante a subcomissão que a Fundacine está preocupada em romper com a postura de responder aos problemas à medida que eles vão aparecendo. Na sua opinião, a solução seria a elaboração de um conjunto de medidas que ofereçam aos documentaristas e cineastas em geral um panorama do audiovisual

para um prazo de cinco a dez anos.

A sua proposta prevê a formação, pelos documentaristas, de "carteiras", ou seja, de grupos para a captação de recursos. Ele denunciou que, dentro da situação atual, "é o trem que está levando a locomotiva". Werner destacou a importância da subcomis-

são e apontou na legislação falha o principal gargalo dos documentaristas.

HORÁRIO NA TV

O presidente da Fundacine informou que há três anos os documentaristas de Porto Alegre conseguiram, por meio de entendimento com a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), retrans-

missora da Rede Globo na região, o horário das 15h, aos sábados, para mostrar seus trabalhos.

João Moreira Salles concorda com Werner.

personas ligadas ao setor.



José Fogaça, Werner Schünemann e Francelino Pereira na audiência pública sobre o cinema, na Comissão de Educação do Senado, que contou com a presença, também, de Sílvio Tendler e João Moreira Salles



Debate de mudanças na Constituição marcou semana

Direito de voto a estrangeiros, alternância entre homens e mulheres nas nomeações de ministros do STF, ampliação do limite de idade para magistrados e criação de fundo contra a pobreza foram alguns dos temas analisados pelos senadores

Os trabalhos do Senado na semana que se encerra foram marcados pela discussão de cinco propostas de emendas constitucionais, entre elas a do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite ao estrangeiro com mais de oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador.

O texto foi objeto de emenda do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que pretende condicionar o voto do estrangeiro à reciprocidade oferecida pelo país do beneficiado ao brasileiro que, nas mesmas condições, tenha migrado para lá. Por isso, a proposta teve que voltar ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Três iniciativas para alterar a Constituição, dos senadores Ademar Andrade (PSB-PA), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ramez Tebet (PMDB-MS), começaram a tramitar nesta semana. A de Ademar Andrade determina que as nomeações dos ministros do Supremo Tribunal Federal obedçam a critério de alternância entre homem e mulher, de modo que não ocorram mais de duas nomeações consecutivas de pessoas do mesmo sexo.

A iniciativa de Pedro Simon amplia de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. A mesma emenda aumenta de 70 para 75 anos o limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados.

A proposta de Ramez Tebet também visa a elevar de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. O texto amplia ainda para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Também nesta semana, foi iniciada a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Foi ainda aprovado e enviado à sanção substitutivo da Câmara a projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que disciplina, entre outras



Os senadores aprovaram também substitutivo da Câmara a projeto que trata do manuseio de agrotóxicos

operações, a produção, importação, exportação e destino final das embalagens de agrotóxicos.

Os senadores aprovaram a redação final do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as TVs por assinatura, difundidas a cabo ou por ondas, a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara. E devolveram ao exame da Comissão de Assuntos Sociais projeto do senador Lúcio Alcântara que garante aos trabalhadores da pesca direito a seguro-desemprego durante o período em que não puderem pescar.

O Senado autorizou a União a contratar empréstimo de até US\$ 185 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae). Autorizou também a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a contrair empréstimo de 37 milhões de marcos alemães junto ao BG Bank, da Alemanha.

E deu autorização para a União garantir aditamento de US\$ 2,4 milhões a empréstimo externo firmado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Covaf) com a empresa húngara Agroinvest. Da mesma forma, o governo foi autorizado a contratar operação de crédito junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) para financiar programa de modernização dos hospitais das universidades federais.

COMISSÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a proposta de emenda constitucional que assegura a destinação, por estados e municípios, de recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços

públicos de saúde. Aprovou ainda substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projetos dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR) que criam o sistema de listas fechadas nas eleições proporcionais.

A Comissão de Assuntos Sociais

(CAS) realizou audiência pública com especialistas que recomendaram o uso do silicone líquido para fins médicos apenas em casos graves de descolamento de retina.

A Comissão de Relações Exteriores aprovou a indicação dos diplomatas Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini para o cargo de embaixador do Brasil na Costa Rica, e Celso Marcos Vieira de Souza para a embaixada brasileira no Egito.

A Comissão de Educação aprovou relatório do senador Lúcio Alcântara sobre projeto de lei que prorroga até 2009 a concessão de benefícios fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática.

Também nesta semana, o Senado e a Câmara instalaram a CPI do Roubo de Cargas, escolhendo para presidi-la o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Para a vice-presidência foi escolhido o deputado Mário Negromonte (PSDB-BA). O relator será o deputado Oscar Andrade (PFL-RO).

Comissões também tiveram muito trabalho na semana: CCJ aprovou destinação de recursos mínimos para a saúde

TV Senado

Política e muito mais.



Saúde

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, os programas *Saúde Todo Dia*, *Consulta Marcada* e *UNIP! Saúde* para se informar sobre alimentação, prevenção de doenças, atividades físicas, campanhas governamentais e demais cuidados com a saúde.





TV SENADO

você no cenário da política nacional



Marluce: universidades devem se integrar mais às comunidades a que servem

Marluce prega mudança de filosofia nas universidades

A autonomia das universidades públicas e a correção das diferenças regionais são fundamentais para a transformação das universidades públicas brasileiras, principalmente as da região Norte que, por suas características especiais, merecem planejamento e ações diferenciadas. A opinião é da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que propôs na sexta-feira um novo modelo para o ensino superior, mais integrado às comunidades.

Para Marluce, o conceito moderno de universidade tem por obrigação aproximar a instituição dos anseios e necessidades das comunidades, acumular competência para atender às demandas do desenvolvimento social e, em particular, do desenvolvimento industrial.

A senadora defende que a universidade tenha autonomia para gerar seus próprios recursos humanos, financeiros e materiais:

– No novo desenho de sociedade, a universidade precisa envolver-se no crescimento econômico e se tornar agente do desenvolvimento, agregando valor tecnológico ao conhecimento – afirmou Marluce Pinto, que defendeu ainda a adoção, em todo o país, de um programa chamado Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, implantado com sucesso no Rio de Janeiro.

A senadora informou que a experiência está trazendo “resultados notáveis”, uma vez que estimula a interação social e cria igualdade de oportunidades para todos. “O PVNC é um passo gigantesco para a correção das distorções inaceitáveis que, a cada dia, alarga o fosso das desigualdades entre as classes sociais”, disse.

Heloísa condena cortes do Orçamento na área social

Para líder do Bloco Oposição, mudanças anunciadas pelo governo mostram que elaboração orçamentária virou uma “falácia”

Os cortes no Orçamento efetuados pelo governo, principalmente os que atingiram a área social, receberam críticas da senadora Heloísa Helena (PT-AL), em discurso na sexta-feira. Segundo a senadora, além do fato de que, para ela, os cortes constituem “um verdadeiro crime”, o processo de elaboração orçamentária no país transformou-se numa “falácia”, pois a atitude do governo menospreza todo o trabalho de revisão orçamentária do Congresso Nacional, e comprova a falsidade da “liturgia de elaboração do Orçamento”:

– Talvez o governo devesse apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que suprima a obrigatoriedade de submeter o Orçamento ao Congresso Nacional e, mais para frente, a obrigação de prestar contas. Pronto! Aí a festa estava arrumada – disse a senadora.

Heloísa informou que os cortes no Orçamento realizados pelo governo atingem, por exemplo, a saúde em R\$ 863,2 milhões, a educa-

ção em R\$ 196 milhões, a assistência social em R\$ 326 milhões e a reforma agrária em R\$ 53,3 milhões, totalizando perdas de R\$ 1,4 bilhão. “O governo trata o Orçamento e a área social de forma pouco séria”, disse a senadora.

Enquanto isso, de acordo com Heloísa Helena, o governo vai pagar, em juros nominais no mês de março, abrangendo as oscilações cambiais, R\$ 4,491 bilhões. Sem as oscilações cambiais, ex-



Para Heloísa, os cortes anunciados pelo governo são um “verdadeiro crime”

plicou a senadora, o pagamento dos juros nominais totalizou R\$ 5,685 bilhões no mês passado. Na soma do primeiro trimestre, acrescentou, o valor salta para R\$ 20,6 bilhões:

– O salário mínimo pode esperar, o pobre pode esperar, a saúde pode esperar, a reforma agrária pode esperar. Qual é a lógica deste governo? – indagou a senadora.

Heloísa Helena repudiou, ainda, a “truculência” usada pela polícia contra a manifestação dos servidores públicos em São Paulo, que resultou em muitas vítimas. Para a parlamentar, o fato demonstra o “estado de guerra civil que estamos vivendo no país”:

– A partir do momento em que o estado de direito é golpeado, a Constituição é rasgada, impedindo militantes de se manifestarem, e a Lei de Segurança Nacional é usada para resolver conflitos agrários, isso acaba estimulando as forças policiais locais a agir com igual brutalidade e covardia – protestou Heloísa Helena.



Mauro disse que Centro-Oeste depende da malha ferroviária paulista para escoar a safra

Mauro pede recuperação das ferrovias em São Paulo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu a aprovação do projeto que cria a Agência Nacional de Transportes, que tramita na Câmara dos Deputados, e alertou para o mau estado de conservação das ferrovias brasileiras. Ele lembrou que 400 mil toneladas de grãos produzidos na região Centro-Oeste deixaram de ser transportadas, com graves prejuízos para os produtores, devido a constantes acidentes na malha ferroviária da Ferrovias Bandeirantes (Ferrobán), a antiga Fepesa, já privatizada:

– A realidade atual dos nossos serviços públicos mostra que houve no país um incontestável salto de qualidade nos outros setores privatizados. Os serviços melhoraram, graças a esse movimento reformulador que foi estabelecido por meio das agências setoriais – disse.

Mauro Miranda disse que foi um crítico “vigoroso e constante” da antiga Rede Ferroviária Federal, quando a antiga estatal operava o corredor Centro-Leste de exportações, ligando os centros produtores de Goiás ao porto de Tubarão, no Espírito Santo:

– Sem dúvida, a privatização melhorou os serviços da antiga Rede Ferroviária. Eu mesmo pude confirmar esses fatos positivos, em viagem recente ao terminal portuário de Vitória – afirmou.

Segundo Mauro Miranda, já se sabia que havia uma grande safra de grãos para transportar e que Goiás e Mato Grosso têm uma dependência muito grande das ferrovias que transitam pelo estado de São Paulo. “A má conservação dos trilhos paulistas representou perdas enormes, que ainda não foram avaliadas”, finalizou, cobrando até a próxima safra os reparos nos trilhos da Ferrobán.

Lauro critica administração do DF e diz que Roriz é “déspota e autoritário”

O senador Lauro Campos (PT-DF) classificou, na sexta-feira, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, como “um déspota, autoritário e produto da ditadura militar”. Ele justificou sua opinião ao lembrar do episódio ocorrido no início de dezembro do ano passado, quando um funcionário da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) morreu baleado, dois outros ficaram cegos e mais de 30 saíram feridos:

– Roriz nomeou uma comissão de três pessoas de indiscutível idoneidade, um deles indicado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Quando a comissão concluiu seu trabalho, o relatório apresentado foi rasgado pelo próprio governador, por não concordar com suas conclusões, que apontavam responsáveis pelos crimes cometidos. Até hoje praticamente nada foi esclarecido, nem se sabe quem autorizou

aquela repressão violenta – acusou Lauro Campos.

O senador do PT disse que Joaquim Roriz, ao governar o Distrito Federal pela segunda vez, iniciou a construção de um metrô e registrou em cartório a data em que a obra seria inaugurada. “Como o metrô não foi concluído até hoje, ele tornou-se o primeiro mentiroso a ter sua mentira regis-



Lauro também criticou a nomeação de mais de dois mil funcionários pelo vice-governador

trada em cartório”, afirmou o senador pelo Distrito Federal.

Ao manifestar que discordava das diretrizes da administração do ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, a quem considera um neoliberal, Lauro Campos disse que Joaquim Roriz e seus assessores estão destruindo sistematicamente os “poucos pontos positivos” que eram vistos no governo anterior, como as ações na área do trânsito e na de educação.

Lauro Campos também criticou o vice-governador do Distrito Federal, Benedito Domingos, pela nomeação de quase 2 mil funcionários, sem concurso público, para o seu gabinete. Ele destacou que até fisicamente é impossível que tantas pessoas trabalhem em um mesmo lugar. “Talvez, com estas nomeações, ele queira acabar com o desemprego no DF, que é o maior do Brasil...”, ironizou.

Patrimônio histórico de São Luís deve ser preservado, diz Lobão

Senador lamenta desmoronamento de casarão na Praça Lisboa, integrante de conjunto urbano que data do século XVII

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou na sexta-feira ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à Caixa Econômica Federal (CEF), em favor da preservação do patrimônio histórico de São Luís — MA, um conjunto urbano que data do século XVII. O senador lamentou o desmoronamento, há poucos dias, de mais um casarão na Praça Lisboa, uma das principais da São Luís histórica, e revelou que há risco de desabamento de outros 95 prédios, de acordo com a avaliação da Defesa Civil.

— A administração da governadora Roseana Sarney, a exemplo de administrações anteriores, tem feito o que lhe é possível para a preservação do patrimônio da humanidade que torna encantadora a capital do Maranhão, mas faltam-lhe condições financeiras para suplantar as deteriorações — comentou Lobão.

O senador considera que cuidar do patrimônio de São Luís é um dever de toda a sociedade,



Lobão reconhece empenho do IPHAN, mas sugere novas parcerias públicas e privadas

assim como dos governos federal e estadual, e relacionou as ações que têm sido adotadas, sucessivamente, no sentido de preservar e restaurar as edificações consideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como patrimônio da humanidade.

— Coube-me a oportunidade e a honra, como governador do Maranhão, de investir na restauração bem sucedida dos principais monumentos da capital. Dentre os quais, na zona tombada federal, está o Teatro Arthur Azevedo, construído em 1816 — afirmou Edi-

son Lobão, que, apesar de reconhecer o empenho do IPHAN em salvar as construções históricas, pediu que o órgão procure novas parcerias públicas e privadas, em conjunto com a Caixa, tornando disponíveis recursos para a preservação do patrimônio.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) concordou com o apelo de Lobão, e citou ainda as cidades de Olinda — PE, Salvador — BA, Dimantina — MG e Ouro Preto — MG, entre outras, como cidades de poucos recursos, mas com rico patrimônio a ser preservado.

José Jorge registra 150 anos de teatro do Recife

Ao homenagear o sesquicentário do Teatro Santa Isabel, do Recife, transcorrido no último dia 18, o senador José Jorge (PFL-PE) anunciou a reabertura desse espaço cultural no próximo mês de novembro, após extensas obras de restauração, a tempo de participar do festival de teatro que se realizará na cidade. Para ele, o teatro, nesses 150 anos, representou um centro cultural de invulgar valor arquitetônico e histórico.

José Jorge lembrou ter sido no Teatro Santa Isabel que se realizaram os torneios literários entre os escritores Tobias Barreto e Castro Alves, defendendo a abolição da escravatura, fato que mais tarde levou o escritor Joaquim Nabuco a declarar que uma fase importante dessa luta havia sido travada no teatro. Segundo o senador, há, nos bastidores do teatro, uma placa com a frase de José Mariano e de Nabuco: “Ganhamos aqui a causa da Abolição”.

O teatro foi inaugurado em 18 de maio de 1850, portanto muitos anos antes dos teatros municipais do Rio de Janeiro e São Paulo, bem



José Jorge lembrou a importância do Teatro Santa Isabel na luta pela abolição da escravatura

como do Teatro Amazonas, localizado em Manaus. Seu projeto e execução estiveram a cargo do engenheiro francês Louis Léger Vauthier, com pontos de vista e processos usados na França da época. Conforme José Jorge, o prédio é considerado, sob o aspecto arquitetônico, um dos mais belos exemplares do estilo neoclássico existentes no Brasil.

Ao finalizar seu pronunciamento, o senador lembrou que, em seus muitos anos de existência, o Teatro Santa Isabel foi palco de óperas, teve seu próprio Corpo de Baile, foi sede de Conservatório

Dramático, foi local de lutas greco-romanas e abrigou bailes de máscaras e banquetes. “Um incêndio quase o destruiu em 1869, mas sua reconstrução seguiu as instruções de Vauthier e, em 1876, com a apresentação da ópera *Um Ballo in Maschera*, de Giuseppe Verdi, voltou a participar da vida histórica e artística do Recife”, relatou.

Em apartes, os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Edison Lobão (PFL-MA) e Romero Jucá (PSDB-RR) afirmaram que teatros com a tradição do Santa Isabel precisam ser preservados e restaurados a qualquer custo.

Lúcio Alcântara saúda espaço para escritores brasileiros

A inauguração de um espaço específico para a exposição de obras de escritores brasileiros foi saudada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Com o objetivo de valorizar a produção literária local, serão expostos livros de mais de 70 autores, dos mais variados gêneros e tendências, nas lojas da rede Siciliano. A idéia é patrocinada pela Livraria Siciliano, em parceria com o Sindicato dos Escritores de Brasília, da Academia de Letras do Distrito Federal, da Associação Nacional dos Escritores, do Projeto Sur-Cultural e da Thesauros Editores.

Para Lúcio Alcântara, por mais surpreendente e contraditório que pareça, a época da globalização tem valorizado as culturas regionais. Ele acentua que, a partir dessa abertura, a Livraria Siciliano comercializará livros de autores locais em todo o país, sinalizando com a solução de um dos mais angustiantes problemas para os escrito-



Para Alcântara, “a época da globalização tem valorizado as culturas regionais”

res, que é a distribuição.

— Há que se valorizar e prestigiar a produção cultural local, sem que isso implique prejuízo às grandes obras nacionais — disse Lúcio Alcântara, que comunicou ainda a homenagem, na inauguração do espaço da Siciliano, ao poeta e ensaísta Cassiano Nunes, um dos mais respeitados intelectuais de Brasília.

Álvaro destaca homenagens a estudante paranaense

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) registrou em Plenário, na sexta-feira, a concessão do Prêmio Personalidade Empreendedora do Paraná ao estudante Antônio Carlos Basílio da Silva. Patrocinada pela União das Associações de Empregados das Cidades Industriais de Curitiba, Região Metropolitana e Estado do Paraná, a homenagem representa o reconhecimento, segundo Álvaro, dos projetos de cunho social apresentados pelo agraciado nos últimos oito anos.

De acordo com o senador paranaense, iniciativas sugeridas por Antônio Basílio já resultaram, por exemplo, nas leis municipal e estadual de prevenção às drogas nas escolas públicas, na proposta de modificação do Crédito Educativo e no projeto de incentivo ao esporte amador, este último em tramitação na Assembléia Legislativa do Paraná.

Ao comentar o currículo do homenageado, Álvaro Dias lembrou que o estudante já havia recebido, da Câmara Municipal de Curitiba, voto de louvor pelo trabalho em defesa da classe estudantil. Também conquistou o prêmio Jovens Destacados de Curitiba, da Câmara Júnior Empresarial, em



Álvaro registrou diversos prêmios já concedidos ao estudante Antônio Carlos Basílio da Silva

1992, ano em que propôs o esboço da lei municipal que obrigou as escolas públicas a realizar palestras preventivas sobre as drogas. Três anos depois, a mesma proposta foi aprovada pela Assembléia Legislativa.

“Por essas iniciativas, o estudante Antônio Carlos Basílio da Silva vem acumulando lauréis, o que me leva a destacar, da tribuna do Senado, os seus méritos, que são dignos dos maiores encômios e servem de incentivo para sua geração”, declarou Álvaro Dias. Ele acrescentou que a mais recente proposta do estudante paranaense refere-se a mudanças no Crédito Educativo, acatadas parcialmente pelo Ministério da Educação.



Tuma disse que os dois delegados são exemplo tanto no campo intelectual quanto no profissional

Tuma reverencia memória de dois delegados de São Paulo

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou, em discurso no Plenário, a morte de dois delegados de polícia de São Paulo – Murillo de Macedo Pereira, em 2 de janeiro, e Paulo José de Azevedo Bonavides, morto em 22 de março. Segundo o senador, são exemplos de hombridade, honra e companheirismo.

Tuma destacou que Murillo de Macedo Pereira, mais conhecido como Murilão, dedicou muito esforço ao combate ao narcotráfico. Morreu aos 72 anos, depois de extensa carreira acadêmica e diversos artigos publicados, muitos disponíveis na Internet, no endereço www.pessoais.inner.com.br/murillo. A maior parte dos estudos científicos de Murillo Pereira se concentrou nos problemas acarretados pela dependência de drogas e nas características da atividade policial. O policial foi quatro vezes membro da diretoria da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Adpesp), além de ter feito parte do Conselho de Ética da entidade, destacou Romeu Tuma.

Paulo José Bonavides, nascido em 1932, era casado e pai de três filhos. Foi delegado em cidades do litoral de São Paulo.

– Os integrantes da organização policial brasileira têm muito a lamentar com a perda desses dois colegas, que lhes podem servir como modelo, tanto no campo intelectual quanto no profissional. São paradigmas de honestidade e eficiência exigíveis no exercício de quaisquer funções públicas. São padrões de devotamento a uma atividade de Estado fundamental para que os governos possam desincumbir-se de sua obrigação, de proporcionar segurança aos seus cidadãos – encerrou Romeu Tuma.

Projeto de Freire acaba com a prisão especial

Senador pede ao Plenário a aprovação de sua proposta e considera abusivas “as regalias concedidas a detentores de curso superior”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) comunicou na sexta-feira ao Plenário a apresentação de projeto de lei que acaba com a prisão especial. Para ele, esse tipo de prisão, que concede regalias a detentores de diploma de curso superior, “é um abuso, porque é um privilégio”.

Para Freire, o projeto é bastante atual, já que é apresentado no momento em que se aprova uma Lei de Responsabilidade Fiscal, com penas para quem malversa os recursos públicos. Para o senador, “é necessário que se imagine que a punição, e não a impunidade, seja a regra”.

Segundo Freire, não é mais pos-



Freire não aceita que as punições à malversação de verba pública se restrinjam ao pagamento de multas

sível que as punições para os culpados de malversação de recursos públicos se restrinjam ao pa-

gamento de multas. Citou os casos atuais dos prefeitos de São Paulo, Celso Pitta, e de Londrina, Antonio Belinatti, envolvidos em acusações de corrupção em suas cidades.

Roberto Freire explicou ainda que seu projeto especifica os casos em que é necessário o cumprimento da pena em dependência em separado. São situações em que a permanência na prisão comum traria aos presos risco de vida ou à sua integridade física.

Roberto Freire pediu a aprovação de seu projeto, que já foi anteriormente examinado pelo Senado e, segundo o senador, quase aprovado.

Quintanilha quer fixar penas para “crimes eletrônicos”

Projeto de lei que estabelece penas para os crimes cometidos com utilização de equipamentos de informática e telecomunicações contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial e intelectual foi apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Segundo a proposta, as penas para esses tipos de crimes – que abrangem também os praticados contra os costumes, as crianças e os adolescentes – poderão ser aumentadas até o triplo, dependendo da gravidade e das consequências produzidas.

Na justificativa do projeto, Quin-

tilha argumenta que a evolução tecnológica tem trazido inúmeras inovações ao cotidiano da sociedade, sobretudo na comunicação de dados, com o surgimento da Internet e do comércio eletrônico. Por outro lado, explicou, esses recursos eletrônicos têm propiciado e facilitado ações criminosas, principalmente abrangendo cenas de sexo explícito e pornografia envolvendo crianças e adolescentes.

– O projeto parte do princípio de que os crimes tipificados em nosso ordenamento jurídico já alcançam as ações dos usuários de meios de informática e telecomunicações,



Leomar Quintanilha afirma que os recursos eletrônicos têm propiciado e facilitado as ações criminosas

não havendo a necessidade de criação de novos tipos penais. O que se procura é rechaçar a utilização desse novo meio nas condutas criminais – disse o senador.

Alcântara aplaude formação de mestres e doutores no CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap) como uns dos principais pólos de formação de recursos humanos no Ceará. Sob a presidência do professor João Lucas Marques Barbosa, a Funcap atualmente concede cerca de 370 bolsas de mestrado e doutorado.

Segundo o senador, os principais cursos oferecidos pela Funcap são Ciências Agrárias e Animal, Exatas e da Terra, Humanas e Sociais, Saúde e Biológica e Ciência da

Computação e Engenharias.

Sobre a disciplina Ciências Agrárias e Animal, Lúcio Alcântara disse que, nos últimos cinco anos, 318 estudantes receberam o título de mestre. A principal área de atuação desses profissionais é o estímulo à produtividade agrícola e pecuária da região. Já o curso de Ciências Exatas e da Terra formou 162 mestres e 20 doutores desde 1995. “Suas pesquisas atendem a formação de pessoal qualificado para trabalhar em projetos ambientais do Nordeste”, disse o senador.

De acordo com o Lúcio Alcântara, a perspectiva para os próximos dez anos é de formar 1.100 mestres na área de Ciências Humanas e Sociais para atuarem como pesquisadores “na tentativa de conhecer melhor a realidade do Nordeste e do Ceará”. No Campo das Ciências da Saúde e Biológicas a meta é de formar 1.240 mestres e perto de 400 doutores, nos próximos dez anos.

A última área destacada pelo senador é a de Ciência da Computação e Engenharias. Segundo ele, foram titulados cerca de 70 mestres nos últimos cinco anos, e a perspectiva é de, em 2008, formar 690 mestres e 70 doutores.

Jucá elogia cartilha da CNBB contra a fraude eleitoral

A cartilha de combate à fraude eleitoral lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recebeu elogios do senador Romero Jucá (PSDB-RR). A publicação é decorrente da apro-



Romero Jucá

vação da Lei Contra Corrupção Eleitoral, de iniciativa popular, aprovada em tempo recorde no ano passado pelo Congresso Nacional.

Sob o título *Vamos acabar com a corrupção eleitoral*, a cartilha explica, por meio de um conjunto de perguntas e respostas, os benefícios da nova lei, o significado da compra de votos e as inúmeras formas de fraudes eleitorais.

– A cartilha funciona como um instrumento de conscientização popular, que apresenta ao eleitor as formas como a máquina administrativa é usada, ensina os procedimentos para punição de fraudadores e apresenta um elenco de sugestões para a adequada fiscalização do cumprimento da lei.

O senador disse também que a lei estimula a criação dos chamados Comitês 9840, por intermédio dos quais os cidadãos poderão identificar as irregularidades e denunciá-las à Justiça Eleitoral. Jucá lembrou que a corrupção eleitoral representa um dos mais graves atentados à democracia, e ressaltou que não se trata de um fenômeno restrito a certas regiões, mas algo presente em todas as sociedades.

– No entanto, os países que possuem certo grau de desenvolvimento, com menos desigualdades, possuem maior capacidade de coibir a prática, através de mecanismos legais e ações que acabam inibindo inúmeras intenções fraudulentas.

Na avaliação do senador, o Brasil, apesar dos esforços contínuos dos partidos políticos, Justiça Eleitoral e da própria sociedade, ainda não conseguiu afastar a fraude eleitoral do horizonte político.

O senador sugeriu que o sistema de comunicação social do Senado – jornal, rádio, TV e agência – institua campanha contra a prática de fraudes, esclarecendo o cidadão e estimulando-o a acompanhar atentamente o processo eleitoral.



Renan Calheiros considera que é necessário modernizar a cultura agrícola no Brasil

Calheiros cobra política agrícola para o país

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) alertou para a falta de política agrícola no país, o que vem provocando crises e prejuízos ao produtor rural brasileiro. Para o senador, é preciso modernizar a cultura agrícola do país e buscar técnicas modernas para o plantio e a colheita, além de garantir mecanismos de crédito para o cultivo e exportação dos produtos.

O senador citou as culturas de coco, cana-de-açúcar, leite e algodão, que geravam milhares de empregos em Alagoas e atualmente começam a ser importados. Segundo Renan Calheiros, seu estado possuía 3,5 milhões de hectares cultivados de algodão, hoje reduzidos a apenas 130 mil.

— A cada hectare correspondia um emprego. Mas, com os benefícios habituais, preferiu o governo importar algodão da Malásia e do Egito, onde o plantio é subsidiado — disse.

O plantio do fumo, que garantia o emprego de cerca de 40 mil pessoas no estado, segundo o senador, conta com problemas comuns da lavoura, como preço baixo, políticas equivocadas e concorrência com produtos subsidiados no país de origem. Esses problemas geram transtornos sociais, avaliou, a exemplo do aumento da violência, êxodo rural, desemprego e fome, refletindo nos indicadores socioeconômicos do país.

Romero Jucá destaca liberação de novos recursos para o Pronaf

Segundo o senador por Roraima, o governo também anunciou mudanças em relação ao pagamento dos empréstimos concedidos pelo programa, que financia a agricultura familiar

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou na sexta-feira o anúncio feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, de que serão liberados novos recursos para o Pronaf (Programa de Agricultura Familiar). Jucá também destacou as mudanças em alguns mecanismos do programa e falou sobre o financiamento da safra da agricultura familiar.

Uma das mudanças citadas pelo senador refere-se aos pagamentos de novos empréstimos do Pronaf e das dívidas contraídas de junho de 1995 a dezembro de 1997, que passam a ter prazo de cinco anos, com um ano de carência. Romero Jucá elogiou também o aumento de R\$ 2,5 bilhões no orçamento do Ministério do Desenvolvimento

Agrário e a liberação de R\$ 4,24 bilhões a mais para o Pronaf. Ele citou ainda o anúncio de que a correção dos empréstimos do programa será feita com base nos preços dos produtos, com juros de 3% ao ano. Antes, o cálculo era feito com juros de até 16% ao ano. Outro ponto destacado por Romero Jucá foi a criação de um crédito fundiário no valor de R\$ 720 milhões.

O senador também informou ter encaminhado a todos os líderes do Senado e da Câmara as mais de dez emendas que preparou para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), todas elas referentes à reforma agrária. Ao pedir o apoio dos partidos, disse ele que apresentou as emendas por considerar que o Orçamento é uma das “trincheiras” que os parlamentares devem utilizar para tentar garantir mais recur-



Jucá: as novas regras garantem prazo maior para quitação das dívidas

sos para o setor.

AÇÃO POPULAR

Outra comunicação feita pelo senador Romero Jucá refere-se à ação popular impetrada por ele junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra os desembargadores e juízes do Tribunal de Jus-

tiça de Roraima. Segundo reportagem do jornal *Brasil Norte*, de Boa Vista (RR), estariam todos eles recebendo salários superiores ao de ministro do STF. O senador explicou que resolveu entrar com a ação após ter encaminhado um pedido de informação ao TJ e não ter recebido resposta.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) esclareceu que, diferentemente do que foi noticiado pela imprensa, ele não teve a intenção de chamar o ministro Raul Jungmann de tíbio, em pronunciamento feito quinta-feira. “Talvez no calor da minha resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), eu tenha colocado todos no mesmo saco, mas eu me referi à tibieza do Planalto em não combater a corrupção, em não resolver os problemas do governo e em não ter coragem de mudar seus rumos”, afirmou.

Patrocínio aponta avanços na pecuária do Tocantins

Os excelentes resultados obtidos pelo setor pecuário no estado do Tocantins foram destacados em Plenário pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Segundo informou, os avanços no controle de saúde animal e a modernização da indústria frigorífica credenciam o estado a conquistar novos espaços no mercado de carnes nacional e internacional.

Com base na classificação de controle de sanidade dos rebanhos, divulgada recentemente pelo Ministério da Agricultura, Patrocínio revelou que o Tocantins situa-se, atualmente, em uma fai-

xa de médio risco para a febre aftosa. “Há 30 meses não se registra qualquer caso da doença no rebanho local, estimado em cinco milhões de cabeças”, informou.

O senador tocantinense também frisou que, em paralelo ao combate da febre aftosa, os produtores preocupam-se em modernizar a indústria frigorífica. Para ilustrar, citou o caso do frigorífico Safrigu, em Gurupi, que estará brevemente exportando carne congelada para a Europa. E a empresa Frigostar, no mesmo município, citou, deve investir R\$ 400 mil na construção de uma

unidade de desossa de carne.

— Não restam dúvidas de que, em ambos os casos, a iniciativa privada demonstra maturidade e mentalidade competitiva — afirmou. Além de reconhecer o esforço de autoridades públicas, técnicos, produtores, matadouros e frigoríficos na melhoria do perfil pecuário do Tocantins, Carlos Patrocínio assinalou o “papel crucial” desempenhado pela Associação das Indústrias de Processamento de Carnes e Derivados do Estado do Tocantins (Ascarto) no processo de modernização.



Para Patrocínio, a iniciativa privada tem papel destacado na modernização do setor



Segundo Iris Rezende, o falecimento de Aziz Ibrahim deixa uma lacuna em Goiás

Iris Rezende lamenta morte de empresário de Goiás

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) lamentou o falecimento, no último dia 14, do empresário Aziz Ibrahim, proprietário da rede de lojas de calçados Dupé e de um hotel fazenda na cidade de Goianésia, no estado de Goiás. Aziz era descendente de sírio-libaneses e chegou à cidade aos 11 anos, onde fundou a primeira loja de calçados da rede.

Na avaliação do senador, Aziz, que

morreu aos 49 anos, foi um líder dentro do Partido Liberal. O empresário, afirmou, “conseguiu a simpatia de seus companheiros de legenda e dos militantes de outros partidos, que viam nele um elemento comunicativo, de diálogo franco e aberto ao debate de temas de interesse do país”.

O empresário foi diretor da Câmara dos Dirigentes Lojistas por

mais de 20 anos e exerceu importantes funções na Associação do Comércio e Indústria de Goiás (Acieg). Chegou ainda a possuir nove lojas Dupé em todo o estado goiano, onde, segundo o senador, era muito respeitado, “não só por seus clientes, como por todos os que com ele conviviam”.

— Aziz deixa uma lacuna difícil de ser preenchida e uma bonita página inserida na história goiana, repleta de excelentes serviços prestados aos seus concidadãos — disse.

Valadares defende projeto sobre construção associativa

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fala, em entrevista à TV Senado, sobre projeto de sua autoria que cria o Programa de Construção Associativa. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30, 12h30 e 20h30.



Valadares

ficat habitacional no país. O programa integrará o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e exigirá que as famílias, antes de pleitearem o financiamento, comprem o terreno. Pelo projeto, o financiamento bancará 60% do valor da obra, sendo os outros 40% restantes participação do associado.

O objetivo da proposta, explica o senador, é minimizar o dé-

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h – *Debate*: Senador Roberto Saturnino e o documentarista João Moreira Salles falam sobre o documentário *Notícias de uma Guerra Particular*
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Catarata
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 – *Entrevista*: Senador Antonio Carlos Valadares fala sobre a moradia no Brasil
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Catarata
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola*
5h30 – *Cores do Brasil* – Interior da Amazônia
5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: Catarata
6h30 – *Debate*: Senador Roberto Saturnino e João Moreira Salles
7h30 – *Entrevista*: Senador Antonio Carlos Valadares
8h – *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
8h30 – *TV Escola*
9h – *Comissão de Assuntos Sociais* (gravado)
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate*: Senador Roberto Saturnino e João

Moreira Salles
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
18h30 – *Entrevista*: Senador Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal
19h30 – *Debate*: Senador Roberto Saturnino e João Moreira Salles
20h30 – *Entrevista*: Senador Antonio Carlos Valadares
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Moreira anuncia condenação imposta a ex-governador

Conforme o senador de Rondônia, Primeira Vara da Fazenda Pública suspendeu os direitos políticos de Valdir Raupp por três anos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) divulgou sentença da Primeira Vara da Fazenda Pública de Rondônia em que o ex-governador Valdir Raupp é condenado à pena de suspensão dos direitos políticos por três anos. A acusação, de improbidade administrativa, foi encaminhada pelo Ministério Público e a sentença publicada no *Diário da Justiça* de sexta-feira.

A decisão judicial será comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), somando-se a outras determinações da Justiça dependentes de ratificação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao qual Moreira Mendes pediu maior agilidade no julgamento.

Conforme a leitura da sentença feita pelo senador, Valdir Raupp



Moreira Mendes divulgou sentença publicada no *Diário da Justiça* de sexta-feira

e sua mulher permitiram que a Fundação de Amparo ao Menor Carente e Ação Social do Estado

de Rondônia (Fazer) elaborasse cartilha em que constam os nomes e as imagens do casal, o que, segundo a Justiça, evidencia promoção pessoal.

Além da suspensão dos direitos políticos do governador, a Justiça determinou o ressarcimento integral das despesas realizadas, no valor de R\$ 8.120,00, mais multa e pagamento dos honorários de 20% sobre o valor da causa. Valdir e Marinha Célia Raupp também foram proibidos, em primeira instância, de efetuar contratos com o poder público por três anos e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários.

Mozarildo pede que TSE seja mais ágil nos julgamentos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que julguem os processos sobre crimes eleitorais praticados por políticos de seu estado. O parlamentar lamentou que a legislação eleitoral seja desrespeitada, mas seus infratores não sejam punidos.

Segundo Mozarildo, muitas pessoas que foram condenadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima nas últimas eleições, por abuso de poder econômico, vão agora se candidatar novamente, sem que as ações tenham sido julgadas pelo TSE.

– Como a população poderá acreditar na Justiça Eleitoral? – in-

dagou o parlamentar, destacando que as ações a serem julgadas referem-se a infrações cometidas há mais de quatro anos.

Mozarildo Cavalcanti destacou “a alta consciência jurídica dos membros do TSE”, mas apelou para que não deixem os processos na gaveta. O senador quer que os julgamentos sejam realizados antes das eleições municipais deste ano, para que os que forem condenados em última instância, no TSE, fiquem impedidos de concorrer.

Nabor Júnior exalta atuação do governo federal no Acre

A atuação do governo federal no Acre foi elogiada na sexta-feira pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O senador reconheceu que muito ainda precisa ser feito, mas disse esperar que o crédito pelas melhorias seja dado ao governo federal. Como principal conquista, destacou a chegada ao estado do Programa Nacional de Eletrificação Rural, conhecido como Luz no Campo, implantado pelo ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, na semana passada.

Segundo Nabor Júnior, cerca de 5 mil propriedades serão beneficiadas no interior do Acre e as redes transmissoras serão expandidas em quase 1.319 quilômetros,

a um custo superior a R\$ 16,5 milhões. Segundo Nabor, R\$ 12,4 milhões serão investidos pela União e R\$ 4,1 milhões serão recursos estaduais. O senador destacou que, muitas vezes, as populações locais até criticam a atuação do governo federal, sem saber que muitas das melhorias que desfrutam são iniciativas da União.

– O governo federal desenvolve outras ações de parceria com estados, como o programa Saúde da Família e o de apoio a pequenos produtores rurais. Esses programas estão sendo desenvolvidos na maioria dos estados, na maior parte com contrapartida estadual, mas são iniciativas da União – destacou o senador.



Para Nabor, muitas melhorias realizadas no estado são iniciativas da União

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou, em aparte, que a visita do ministro Rodolpho Tourinho e a implantação do programa Luz no Campo levaram ao Acre e a Rondônia a solução definitiva para os problemas de energia em ambos os estados.

Mozarildo pede CPI para ONGs na Amazônia

Senador diz que é preciso “separar o joio do trigo” e acusa diversas organizações de servirem de fachada para atos de biopirataria. Gilberto Mestrinho acha que 98% das ONGs na região são “picaretagem”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia. Em discurso proferido na sexta-feira da tribuna do Plenário, o parlamentar anunciou que fará, em breve, o pedido da CPI.

Para o senador, é necessário “separar o joio do trigo, para saber quais são as entidades que se servem desta causa para auferir lucros para si e para seus proprietários”. Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) apoiou a criação da CPI e afirmou que 98% das ONGs que cuidam de índios e do meio ambiente “são picaretagem”.



Mozarildo acredita que muitas ONGs só servem para gerar lucros para seus proprietários

Mozarildo relatou ao Plenário informações fornecidas pelo Ministério da Justiça e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a seu pedido. Ele disse ter considerado vagas e imprecisas as informações, que ainda irá analisar detalhadamente. O senador citou o convênio entre a

Funasa e a organização Urihi – Saúde Yanomami, de 17 meses de duração, no valor total de R\$ 7,2 milhões:

– As informações não especificam qual o critério adotado para a escolha desta entidade. Foi feita uma avaliação de sua capacidade técnica? Houve uma licita-

ção? – indagou o senador. Para ele, muito mais eficiente seria fazer esse convênio com o Exército brasileiro, que tem profissionais competentes e já está presente na região.

Mozarildo reclamou da demora do Ministério da Justiça em encaminhar as informações prestadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O relato da Funai ao ministério foi feito em 21 de janeiro, mas a correspondência somente foi enviada ao senador quase três meses depois, em 19 de abril. Nela, estão arroladas mais de 200 organizações não-governamentais que têm convênio com a entidade:

– É a prova documental da necessidade de uma investigação,

que espero seja feita pelo Ministério Público Federal. Mas conclamo o Senado a fazer também essa investigação, para saber como estão essas entidades – afirmou o parlamentar.

Para Mozarildo, muitas ONGs são “agentes a serviço dos interesses internacionais” que praticam a biopirataria e tomam “atitudes nocivas ao interesse do país”, sendo que agora são pagas pelo governo federal. As informações prestadas pelo governo, afirmou, acabam com a justificativa dos defensores das ONGs de que elas trazem dinheiro para o Brasil. O senador lembrou que, além de Mestrinho, também o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defende a CPI.

Tião Viana quer definição sobre uso de recursos genéticos

Uma agenda madura que regulasse o acesso aos recursos genéticos do Brasil deveria consistir, antes de tudo, na definição do uso sustentável, soberania, propriedade, questões contratuais, retribuição monetária e não monetária, transferência e fixação de tecnologia e proteção ao conhecimento indígena. É o que pensa o senador Tião Viana (PT-AC), que na sexta-feira falou sobre o assunto em Plenário.

Na avaliação de Tião Viana, as propostas legislativas sobre a questão dos direitos dos índios e comunidades tradicionais têm andado lentamente. Há três projetos de lei tramitando no Congresso. O primeiro, aprovado pelo Senado em novembro de 1998, é o substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC).

Na Câmara, o deputado Jaques Wagner já havia apresentado

projeto idêntico ao de iniciativa do Senado, com vistas a acelerar o andamento da matéria naquela Casa. Também em 1998 chegou ao Congresso a proposição do Executivo, mas na forma de proposta de emenda constitucional, instituindo o patrimônio genético como bem da União e restringindo os direitos das comunidades tradicionais, como os seringueiros.

Conforme especialistas consultados por Tião Viana, o mais provável é que se produza uma quarta versão, a partir da solução das principais controvérsias em torno do assunto. Mas, para o senador, ao implantar o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (*veja matérias ao lado*), o governo “atropela” a tramitação dos projetos, provavelmente com o objetivo de impor sua “visão discricionária” sobre o tema.



Tião Viana denuncia lentidão na análise das propostas legislativas sobre direitos dos índios

Senador critica projeto do governo para biodiversidade

Tião Viana criticou o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), em estágio de preparação no Ministério do Meio Ambiente, que teria como “pretexto”, segundo o senador, contribuir para o desenvolvimento da bioindústria na região, no momento em que empresas do ramo de cosméticos, perfumaria e farmácia teriam iniciado uma corrida em busca dos recursos genéticos da Amazônia.

A britânica Wellcome, a suíça Novartis e a norte-americana Merck têm interesse em implantar laboratórios na Amazônia, de acordo com Tião Viana, a custos que poderão chegar a US\$ 400 milhões para cada uma, mas com expectativa de retorno de pelo menos US\$ 1 bilhão. As nacionais Biosintética, Eurofarma, Vallé e Aché disputariam faixa modesta do mercado. Viana recebeu também a informação de que as multinacionais Henckel, Procter & Gamble e BodyShop encabeçariam a lista de indústrias cosméticas e de perfumaria contactadas para usufruírem dos benefícios e vantagens do Probem. As nacionais O Boticário, Natura, Magana e Amazon Ervas estariam igualmente pleiteando participação no programa.

O senador considera estranho que o governo se apresse em desenvolver o Probem quando, há pelo menos dois anos, o Executivo enviou projeto de lei regulamentando o acesso a recursos genéticos e suas garantias de patenteamento aos povos indígenas. Viana acredita que o governo providenciou o “engavetamento” da matéria, já que até hoje a Câmara dos Deputados não nomeou os membros da comissão especial que deveria analisar o projeto.

Para Tião Viana, a contradição pode ser explicada pelo esforço do governo em privilegiar as ações ligadas ao programa Avança Brasil:

– Não há como fugir a um sentimento de desconfiança com relação à concretização do Probem, embora se reconheçam aspectos indiscutivelmente progressistas em seu conteúdo, como é o caso do combate à pirataria de plantas e conhecimentos nativos. Tememos, porém, atropelos a que possa estar sujeito um programa sem o amparo de uma legislação ambiental efetiva – ponderou.

Probem prevê transferência de tecnologia

O Probem da Amazônia deve ser implantado em cinco etapas, segundo informou Tião Viana. Para o senador, a intenção do governo é promover a exploração dos recursos da Amazônia por empresas privadas com fins lucrativos.

Primeiro, explicou Tião Viana, deve ser montado um sistema de coleta de amostras de elementos da biodiversidade amazônica, como plantas medicinais e animais. Em seguida, seriam criadas as condições para a identificação de princípios ativos e de produtos de interesse comercial. A etapa seguinte seria a absorção, desenvolvimento e transferência de tecnologias para extração, purificação, envasamento e certificação da qualidade dos produtos. Nas duas últimas etapas, seria instalado o sistema de domesticação e multiplicação de espécies de interesse comercial e formalizadas as diversas modalidades de parcerias.

Segundo Tião Viana, há hoje uma fuga anual de cerca de 20 mil extratos da flora amazônica por força da pirataria, ao mesmo tempo em que se observa no mercado internacional de drogas lícitas um esgotamento das fórmulas químicas sintetizadas.